



Alberto Magno e o tratado *De Prudentia*
Albert the Great and the treatise *De Prudentia*
Alberto Magno y el tratado *De Prudentia*

Matteo RASCHIETTI¹

Resumo: Última parte da *Summa creaturis* (ou *Summa parisiensis*) escrita pelo *Doctor Universalis*, o tratado moral *De bono* considera o bem do ponto de vista moral e organiza a matéria em cinco tratados. O quarto deles é o *De Prudentia*, apresentado brevemente neste artigo, cujas raízes se fincam na tradição clássica, na patrística e na escolástica.

Abstract: Last part of the *Summa creaturis* (or *Summa Parisiensis*), written by the *Doctor Universalis*, the moral treatise *De bono* considers the good by the point of view moral and organizes the matter into five treaties. The fourth one is the *De Prudentia*, briefly presented in this article, that sticks his roots in the classical tradition, in the patristic and scholastic.

Palavras-chave: Alberto Magno – Prudência – Virtudes – Auriga.

Keywords: Albert the Great – Prudence – Virtues – Auriga.

ENVIADO: 12/09/2014

ACEITO: 12/11/2014

I. Alberto Magno e o *Studium generale* de Colônia

Albrecht von Bollstädt, OP (em latim: *Albertus Magnus*), conhecido como Alberto Magno ou Alberto de Colônia, nasceu em Launinggen (estado da

¹ Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UNESP/Marília. *E-mail:* mbrasiliensis@uol.com.br.

Bavária) por volta de 1200 e morreu na mesma cidade em 1280. Homem de gênio extraordinário, com sua obra abriu caminho a outros dois grandes gênios, um elevado às honras dos altares e o outro condenado por heresia: Tomás de Aquino e Mestre Eckhart.²

Apesar de ter reproduzido Aristóteles e seus comentadores, foi menos um comentador do que um filósofo original. “Na Idade Média distinguia-se entre o escriba (*scriptor*), que só é capaz de recopiar as obras de outrem sem nada modificar; o compilador (*compiler*), que acrescenta ao que copia, mas sem que seja coisa sua; o comentador (*commentator*), que põe coisa sua no que escreve, mas só acrescenta ao texto o necessário para torná-lo inteligível; e, enfim, o autor (*auctor*), cujo objetivo principal é expor suas próprias idéias, só apelando para as idéias alheias a fim de confirmar as suas: *aliquas scribit et sua et aliena; sed sua tanquam principalia, aliena tanquam annexa ad confirmationem, et talis debet dicit auctor.*³

Para os homens do século XIII, Alberto Magno é incontestavelmente um autor; por um privilégio reservado até então a alguns doutores ilustres e já mortos, é citado como uma ‘autoridade’ (*auctoritas = auctor*) e suas obras são lidas e comentadas em público nas escolas, quando ainda vivo. Os cristãos constataavam, com satisfação, que possuíam, enfim, sua própria filosofia e que um dos seus se colocava no mesmo nível dos mais ilustres árabes e judeus.⁴

No verão de 1248, Alberto Magno fundou na cidade de Colônia o *Studium generale* para os Dominicanos da província alemã. A partir daquele ano, sua fama espalhou-se por todas as províncias da Ordem. Naquela época, o império não tinha universidades – a primeira a ser instituída foi a de Praga em 1348 – e portanto o *Studium* de Colônia (que obteve esse título só em 1388) foi por mais de meio século o único lugar onde havia um ensinamento de tal nível.

² “O principal mérito de Alberto Magno consiste em que ele foi o primeiro a ver que enorme aumento de riquezas a ciência e a filosofia grego-árabes representavam para os teólogos cristãos.” – GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 625.

³ “[O autor] escreve algumas [idéias] suas e de outrem; mas as suas como as principais, as de outrem como fossem acrescentadas para confirmação, e de tal gênero deve dizer o autor”.

⁴ *Ibid.*, p. 627.

Ele exercia um verdadeiro monopólio, garantindo primeiramente a unidade dos conventos dominicanos e, em segundo lugar, estendendo a própria influência ao conjunto da vida eclesial. A qualidade dos estudos produzidos no *Studium* e a originalidade que estes souberam expressar provocaram o ciúme das outras ordens religiosas e do clero secular, e isso não foi alheio à aversão que, ao redor de 1325, manifestou-se contra aquele que garantia a direção intelectual, Meister Eckhart de Hochheim.⁵

Alberto Magno assumiu uma atitude de receptividade aberta e corajosa, que se traduziu no seu projeto grandioso de expor e parafrasear todo o *Corpus Aristotélico*, a fim de torná-lo inteligível aos latinos: uma intenção que logo se revelou de natureza enciclopédica. Por causa disso, ele mereceu o título de *Doctor Universalis* e de *auctoritas* máxima continuamente citada.

Na história da filosofia há uma espécie de regra segundo a qual os elementos de uma síntese doutrinal conservam uma tendência a desprender-se dela para recuperar, num segundo momento, seu lugar natural. É uma verdade histórica que, durante o século XIII, a técnica filosófica de Aristóteles foi a que dominou quase que totalmente: “todo o mundo, ou quase, dele toma emprestado, com a colocação dos problemas, o método para discuti-los e resolvê-los; mas, em fins do século [XIII], os elementos neoplatônicos emprestados de Avicena e Dionísio, que Alberto introduzira em sua síntese doutrinal, prevalecem decididamente no espírito de alguns de seus sucessores, sem que Aristóteles cesse, aliás, de fornecer o material dos conceitos filosóficos e o método dialético das discussões”.⁶

É possível afirmar que o Bispo de Regensburg foi o primeiro a utilizar amplamente Aristóteles, principalmente pela sua atenção temporã à *Ethica Nicomachea*, comentada por ele lançando mão da versão integral de Roberto Grosseteste. A ética albertiana, portanto, apresenta-se com os traços do intelectualismo aristotélico, segundo o qual o intelecto prático é uma extensão do intelecto especulativo na esfera da ação, que, contudo, depende também da vontade.

⁵ JARCZYK, G. e LABARRIÈRE, P.-J. *L'impronta del deserto – L'a-teismo místico di Meister Eckhart*. Napoli: Guerini e Associati, 2000, p. 32.

⁶ GILSON, E., *op. cit.*, p. 644.

Seus tratados *De natura boni* e *De bono*, consideram o bem em perspectiva ética e não ontológico-metafísica: o conceito de “bem”, apreendido em sentido aristotélico como “aquilo para o qual todos tendem”, orienta uma indagação sobre as virtudes que é levada para frente segundo uma perspectiva natural, ou seja, dispensando o condicionamento teológico.

II. As obras morais de Alberto Magno: o *Tractatus de natura boni* e o *De bono*

Tomás de Aquino viveu no *Studium generale* de Colônia de 1248 a 1252, assimilando profundamente o pensamento de Alberto Magno, principalmente no que se refere às questões morais: “Ao seu mestre Alberto, são Tomás deve bastante em matéria moral”⁷. A obra mais antiga escrita pelo *Doctor Universalis* que chegou até nós foi o *Tractatus de natura boni* (Tratado sobre a natureza do bem), entre 1233 e 1234. No começo da obra, Alberto Magno explicita seu plano:

Nesse tratado, portanto, desejamos fazer uma exposição da natureza desse bem criado mais moral que metafísica, compondo um primeiro tratado sobre o bem de natureza, um segundo sobre o bem da virtude política, um terceiro sobre o bem da graça, um quarto sobre o bem que está nos dons [*scil.* do Espírito Santo], um quinto sobre o bem da bem-aventurança, um sexto sobre o bem dos frutos do Espírito, um sétimo e último sobre o bem da felicidade e da bem-aventurança nas quais a perfeição da vida espiritual é plena”⁸.

Na realidade, o dominicano alemão não levou a cabo seu projeto, como aconteceu também com outras obras.⁹ Entretanto, dez anos mais tarde, em Paris, conseguiu realizar seu projeto, escrevendo a *Summa de creaturis*, ou *Summa prior* ou *Summa parisiensis*, estruturada em seis partes: *De sacramentis*, *De incarnatione*, *De resurrectione*, *De IV coaequaevis*, *De homine*, *De bono*.

⁷ O. LOTTIN, *Psychologie et morale aux XII^e et XIII^e siècles*, tome III, II partie. Louvain: Abbaye du Mont Cèsar, 1942, p. 592. Citado em: SOUZA-LARA, D. *A especificação dos actos humanos segundo são Tomás de Aquino*. Roma: Ed. Università Santa Croce, 2008, p. 107.

⁸ Citado em: ALBERTO MAGNO. *Il Bene*. Introduzione, traduzione e note di Alessandra Tarabochia Canavero. Milano: Rusconi, 1987, p. 21.

⁹ “Alberto Magno começou a redação da sua obra com muita clareza sobre a matéria a ser tratada e a ordem a seguir, só que depois temas importantes, por assim dizer, tomaram a dianteira e levaram o tratado muito além do plano original”, *Ibid.*, p. 23.

Nessa última parte, semelhantemente ao *Tratado sobre a natureza do bem*, Alberto Magno considera o bem do ponto de vista moral e organiza a matéria em cinco tratados: o primeiro sobre o bem em geral ou de acordo com o modo comum de entender o bem, ou seja, sobre o bem metafísico e sobre o bem moral, o segundo sobre a fortaleza, o terceiro sobre a temperança, o quarto sobre a prudência e o quinto sobre a justiça.

A estrutura, aqui, segue o esquema das *quaestiones disputatae*: primeiramente é colocada uma questão (*quaeritur*), seguida pelas opiniões de outros autores (*videtur quod*) e pelas opiniões contrárias às anteriores (*sed contra*), apresentando logo depois a solução com uma solução magistral do problema (*respondeo*) e, enfim, resolvendo uma por uma as várias objeções (*ad primum...*).¹⁰

Entre as autoridades citadas no *De bono*, além da Escritura e dos Padres da Igreja, amplo espaço é reservado a Aristóteles e a Cícero (indicado só pelo segundo nome, Túlio), embora Alberto Magno não conheça o Livro VI da *Ética a Nicômaco*.¹¹

III. O tratado *De prudentia*¹²

A caracterização ética da prudência finca suas raízes na tradição clássica, primeiramente grega e romana, seguida pela patrística e pela escolástica. No Livro VI da *Ética a Nicômaco*¹³, Aristóteles fala da *phrónesis* (ação da mente, do sentido), pela qual a prudência deve ser entendida como “sensatez”. *Phrónesis*, entretanto, não deve ser confundida nem com a ciência, nem com a técnica: “não é ciência porque a ação pode ser de outro modo, e não é técnica porque

¹⁰ Cf. *Idem*.

¹¹ Cf. ALBERTO MAGNO. *Il Bene*, *Op. cit.*, p. 475. A tradução latina medieval mais célebre da *Ética a Nicômaco*, conhecida como *Liber Ethicorum*, era a *antiqua traslatio* feita a partir do texto integral grego por Robert Grosseteste, bispo de Lincoln, entre 1240 e 1249. Essa tradução foi revisada e completada por Guilherme de Moerbeke em 1260. Cf. MARTINS, J. A. *Sobre as origens do vocabulário político medieval*. In: *Trans/Form/Ação* vol.34, no.3, Marília, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732011000500006>. Acesso em: 02/08/2013.

¹² A tradução das citações do tratado *De prudentia*, aqui apresentada, foi feita a partir da edição crítica coloniense: Sancti Doctoris Ecclesiae ALBERTI MAGNI Ordinis Fratrum Praedicatorum Episcopi. *De bono. Tractatus quartus. De Prudentia*. Coloniae: Monasterii Westfolorum in aedibus Aschendorff, 1951, pp. 217-258.

¹³ Há uma tradução disponível na *Internet* do Prof. Lucas Angioni da Unicamp: <http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/34/12.pdf>.

são distintos o gênero da ação e o da produção”.¹⁴ Com efeito, segundo Aristóteles, é necessário distinguir as virtudes do pensamento (*dianoéticas*) das virtudes do caráter (*éticas*). No âmbito das virtudes dianoéticas, é mister distinguir a sabedoria (*sophia*), que, conhecendo os princípios de todas as coisas, é “a mais apurada que as ciências”¹⁵, da sensatez (*phrónesis*), que não é um saber teórico mas prático, sendo “uma habilitação verdadeira realizadora de ações, pela razão, a respeito dos bens humanos”.¹⁶

A tradução de *phrónesis* por *prudencia* é obra de Marco Túlio Cícero, no tratado *De officiis* (Dos deveres), no qual, junto com a sabedoria, a justiça, a fortaleza e a temperança, é inserida entre as quatro virtudes principais, fontes de todo dever, segundo um modelo apresentado por Platão no Livro IV da *República*.¹⁷

A partir de Santo Ambrósio, essas quatro virtudes principais são chamadas “cardeais” e, com Santo Agostinho, são associadas às três virtudes “sobrenaturais” ou “teológicas” (fé, esperança e amor), assim denominadas porque relacionadas diretamente a Deus, representando um dom da sua graça.

Na Idade Média, com Alberto Magno há um novo despertar do interesse para com a virtude da prudência, à qual ele dedica um tratado na obra *De bono*. É composto por duas questões: a primeira sobre a prudência em si (6 artigos), a segunda sobre as partes da prudência (também 6 artigos). Na primeira questão, o bispo de Regensburg analisa se a prudência é uma virtude, pois as definições gerais de virtude não parecem condizer com ela e tampouco há nela os caracteres comuns a todas as virtudes.

Na solução proposta pelo mestre dominicano, conforme a qual “a prudência é uma virtude e uma parte da honestidade” (405), ressalta o caráter dessa virtude como “ciência das ações a serem feitas” (407), não sendo uma doutrina “mas uma prática para nos tornarmos bons” (410). Ao procurar o que é a prudência na definição e na substância (art. 2).

¹⁴ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco Livro VI*. Tradução de Lucas Angioni, *Op. cit.*, 1140 b3, p. 289.

¹⁵ *Ibidem*, 1141a17, p. 291.

¹⁶ *Ibidem*, 1140b20, p. 290.

¹⁷ Cf. PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, 427a, p. 475.

Alberto examina as definições de Cícero, de Macróbio, de Agostinho e de Hariado (412), mas não de Aristóteles por não conhecer o Livro VI da *Ética a Nicômaco*. No entanto, o bispo de Regensburg lança mão da definição de prudente do Filósofo em dois pontos: “É próprio do homem prudente investigar em cada gênero a certeza mais profundamente, pelo que admite a natureza da coisa” (402); “é julgado sábio 'aquele que conhece as coisas difíceis e não as coisas simples a serem conhecidas pelo homem’” (409). E conclui afirmando que a prudência “não é uma ciência imperfeita do bem, mas a mais perfeita, porque o bem simplesmente é aquilo que, segundo uma reta razão, deve ser desejado ou realizado” (419).

Matéria da prudência (art. 3) é “o bem que pode ser encontrado em alguma ação” (430), ou seja, “o que se deve escolher para a ação reta” (433), embora o prudente precise conhecer também “o que se deve fugir por causa da falta de escolha para a ação reta” (433). E, como a razão, “ordena para a escolha dos objetos que devem ser desejados, quaisquer que sejam, segundo a reta razão do bem útil ou honesto” (438).

Examinando o ato próprio da prudência (art. 4), que é “compreender a diferença entre o bem, o mal e o indiferente” (439), Alberto afirma que ele é múltiplo (443) e é ordenado em quatro etapas: “Em primeiro lugar, pela razão apreende o que é operável, em segundo lugar examina pelas razões do direito, do vantajoso e do honesto, em terceiro lugar aconselha como adquirir ou recusar, em quarto lugar ordena” (443).

Um outro problema solucionado nesse artigo é da “mediedade”, ou seja, se a prudência “em ato tende ao seu médio” (445). Na Idade Média, a escolástica medieval cunhou uma sentença a partir da *Ética a Nicômaco* de Aristóteles para expressar o ideal grego da medida, da moderação, do equilíbrio: *In medio stat virtus*, a virtude está no meio, entre dois extremos que devem ser igualmente evitados. Às vezes era repetida para afirmar a necessidade ou a conveniência da moderação, do equilíbrio, ou como convite a evitar os excessos.

O bispo de Regensburg, considerando que a prudência é uma virtude lógica que determina sua matéria (o bem que deve ser escolhido para que uma ação seja justa) através da razão, exclui a possibilidade de a prudência ter um médio em si, a não ser que seja relacionada à matéria das outras virtudes como a fortaleza ou a temperança.

A complexidade e a importância da virtude da prudência explicam outros dois problemas que o mestre dominicano analisa nesta questão: se a virtude é dita em modo simples ou múltiplo (Art. 5), e se deve ser considerada o auriga das virtudes (Art. 6). Quanto ao primeiro ponto, Alberto Magno afirma que a prudência é dita em modo múltiplo (448), mas mesmo assim há dois significados principais: o primeiro de “ciência prática ordenada à vontade como conseguinte, que sabe escolher sagazmente as coisas que ajudam e se afastar das coisas que estorvam” (457), e o segundo de “sagacidade ou solércia que encontra o bem para si, ou simplesmente, ou em qualquer matéria, e por isso, por causa da matéria e do afeto relacionado, às vezes é apreendida no bom sentido, às vezes é apreendida no mau sentido” (457).

A palavra *auriga*, em latim, significa “cocheiro”, e Alberto diz concordar “com o bem-aventurado Bernardo, que a prudência não é tanto uma virtude, quanto o auriga das virtudes” (466) e, desenvolvendo esta ideia, o dominicano analisa também a relação das virtudes entre si, concluindo que “quando é feita uma comparação de dignidade entre as virtudes, uma qualquer pode ser mais digna de outra segundo diferentes relações. Donde aquela questão vale pouco” (467).

A segunda parte do Tratado examina as partes da prudência, de acordo com as divisões de Cícero, de Macróbio e de Aristóteles. Os primeiros dois artigos são dedicados à memória (o que é, art. 1, e qual é a arte da memória, art. 2), que é tratada somente por Cícero (468). Citando a definição de Cícero, segundo a qual a memória “é a faculdade pela qual o ânimo relembra as coisas que foram” (468), e especificando que há dois tipos de memória, natural e artificial (471), Alberto considera a arte da memória seguindo a tradição transmitida pela obra pseudo-ciceroniana *Rhetorica ad Herennium*.¹⁸

Nos artigos seguintes, o mestre dominicano analisa as partes listadas por Cícero, a saber, a inteligência (art. 3) e a providência (art. 4), que é a “parte da prudência que ajuda na escolha das ações a serem feitas a partir da consideração dos acontecimentos futuros possíveis, para os quais também nós nos aconselhamos” (486).

Inteligência e providência, portanto, aperfeiçoam e completam a prudência em relação ao passado, ao presente e ao futuro. O artigo 5 da segunda parte,

¹⁸ Cf. ALBERTO MAGNO. *Il Bene, op. cit.*, Apêndice V, p. 641-644.

em seguida, analisa as partes enumeradas por Macróbio na obra Sobre o sono de Cipião: “a razão, o intelecto, a circunspeção, a providência, a docilidade e a cautela” (487), além das virtudes que acompanham a prudência e que são tratadas no livro dos Provérbios: “a erudição, a astúcia, a ciência, a disciplina e o governo” (488). Essas, na realidade, são condições ou efeitos da prudência, antes que suas partes (491).

Enfim, Alberto considera a divisão das virtudes de Aristóteles no final do Livro I da *Ética a Nicômaco* (sabedoria, sensatez e inteligência) que, segundo ele, tem a ver mais com “os hábitos gerais da virtude intelectual, como também a razão geral é uma potência que diz respeito a todas as questões morais que são ordenadas seja à potência concupiscível, seja à potência irascível” (495).

IV. Tabela cronológica¹⁹

c. 1200		Nascimento em Launingen (Baviera)
1222		Viagem na Itália e primeiros estudos universitários em Pádua
1223 ou 1229		Ingresso na ordem dominicana em Pádua (Itália). Noviciado e primeiros estudos teológicos no convento de Colônia
1233/1234(?)		Leitor de teologia nos conventos da ordem (Hildesheim, Friburgo em Bresgóvia, Regensburg, Estrasburgo, prov. Colônia) <i>De natura boni</i> <i>Sermones</i>
1242		Estudos teológicos em Paris
1242-1245	c. 1242. 1242 c. 1242-1250 1243	Primeiros tratados teológicos: <i>De sacramentis</i> <i>De incarnatione</i> <i>De resurrectione</i> <i>De IV coaequaevivis</i> <i>De homine</i>

¹⁹ A tabela foi redigida a partir do estado atual da pesquisa e está disponível na *Internet*: http://www.academia.edu/3490596/Albertus_Magnus_Chronologie_Leben_und_Werk.



COSTA, Ricardo da e SANTOS, Bento Silva (orgs.). *Mirabilia 19* (2014/2)

Nicolau de Cusa (1401-1464) em *Diálogo*

Nicolás de Cusa (1401-1464) en *Diálogo*

Nicholas of Cusa (1401-1464) in *Dialogue*

Jun-Dez 2014/ISSN 1676-5818

		<i>De bono</i> <i>Principium super totam Bibliam</i> <i>Quaestiones (theologicae)</i> <i>I Sententiarum</i> <i>III Sententiarum</i>
1245		Mestre em Sagrada Teologia (<i>magister theologiae</i>). Assunção da cátedra dos Dominicanos para os estudantes “não-franceses” em Paris
	c. 1246	Conclusão do <i>II Sententiarum</i>
15/05/1248		Assinatura de um documento que condena o Talmud, em Paris.
1248 (verão)		Fundação do <i>Studium generale</i> em Colônia. Primeiro magistério coloniano durante o qual orienta Tomás de Aquino.
a partir de 1248		Comentários ao <i>Corpus Dionysiacum</i> <i>Super Dion. De caelesti hierarchia</i> <i>Super Dion. De ecclesiastica hierarchia</i>
	1249 1250	Conclusão do <i>IV Sententiarum</i> <i>Super Dion. De divinis nominibus</i> <i>Super Dion. De mystica theologia et Epistulas</i>
	1250-1252	Redação do comentário <i>Super Ethica</i>
1251		Começo dos comentários ao <i>Corpus Aristotelicum</i>
	1251-1252 c. 1251-1254	<i>Physica</i> <i>De natura loci</i> <i>De causis proprietarum elementorum</i> <i>De generatione et corruptione</i> <i>De caelo et mundo</i> <i>Super Porphyrium De V universalibus</i>
17/04/1252		“Pequena intermediação” de paz entre o bispo Conrado de Hochstaden e os cidadãos de Colônia
1254		Eleição a Provincial da Teutônia em Worms
	c. 1254-1257	<i>Meteora</i> <i>De mineralibus</i> <i>De praedicamentis</i>



COSTA, Ricardo da e SANTOS, Bento Silva (orgs.). *Mirabilia 19* (2014/2)

Nicolau de Cusa (1401-1464) em *Diálogo*

Nicolás de Cusa (1401-1464) en *Diálogo*

Nicholas of Cusa (1401-1464) in *Dialogue*

Jun-Dez 2014/ISSN 1676-5818

		<i>De anima</i> <i>De sex principiis</i> <i>Liber divisionum</i> <i>Peri hermeneias</i> <i>Analytica priora</i> <i>Analytica posteriora</i>
28/06/1256		Participação ao Capítulo Geral da ordem em Paris
1256-1257		Estadia na corte do Papa Alexandre IV em Anagni (Itália)
1256		Defesa das ordens mendicantes diante do Papa em Anagni <i>De fato</i> (remanejado na <i>Summa I</i>) <i>Parva naturalia:</i> <i>De nutrimento et nutrito</i> <i>De sensu et sensato</i> <i>De memoria et reminiscientia</i> <i>De intellectu et intellegibili</i> (l. 1) <i>De somno et vigilia</i> <i>De spiritu et respiratione</i> <i>De motibus animalium</i> <i>De iuventute et senectute</i> <i>De morte et vita</i> <i>De intellectu et intellegibili</i> (l. 2 antes do <i>De natura et origine animae</i>) <i>De vegetabilibus</i> <i>De unitate intellectus</i> (versão final em 1263; mais tarde incorporado na <i>Summa II</i>)
1257		Dispensa do cargo de Provincial
1257-1260		Segundo magistério coloniano
	1257-1264	<i>Super Matthaeum</i>
28/06/1258		“Grande intermediação” de paz entre o bispo



COSTA, Ricardo da e SANTOS, Bento Silva (orgs.). *Mirabilia 19* (2014/2)

Nicolau de Cusa (1401-1464) em *Diálogo*

Nicolás de Cusa (1401-1464) en *Diálogo*

Nicholas of Cusa (1401-1464) in *Dialogue*

Jun-Dez 2014/ISSN 1676-5818

		Conrado de Hochstaden e os cidadãos de Colônia
	1258-1262/63	<i>Quaestiones super De animalibus</i> <i>De animalibus</i> <i>De natura et origine animae</i> <i>De principiis motus processivi</i>
1259		Capítulo geral da ordem em Valenciennes; cooperação para a elaboração de um novo plano de estudos para os Dominicanos
05/01/1260		Nomeação a bispo de Regensburg
	c. 1260 c. 1262-1263	<i>Ethica</i> <i>Super euclidem</i>
13/02/1263		Nomeação a Pregador das Cruzadas para a Alemanha
	c. 1264 c. 1264-1267	<i>Methaphysica</i> <i>De causis et processu universitatis a prima causa</i>
10/10/1264		Morte de Urbano IV; Alberto renuncia ao cargo de Pregador das Cruzadas
1264-1267		Ensino nos conventos da ordem (Würzburg, Colônia e Estrasburgo) e atividade pastoral de cura das almas
	c. 1264 após 1264	<i>Topica</i> <i>De sophisticis elenchis</i> <i>Politica</i>
	1264-1268	Fase de comentários bíblicos intensivos <i>Super Marcum</i> <i>Super Lucam</i> <i>Super Iohannem</i> <i>Super Ieremiam</i> <i>Super Threnos</i> <i>Super Baruch</i> <i>Super Ezechielem</i> <i>Super Danielelem</i> <i>Super Prophetas minores</i> <i>Super Iob</i> (terminado em 1272 ou 1274)



COSTA, Ricardo da e SANTOS, Bento Silva (orgs.). *Mirabilia 19* (2014/2)

Nicolau de Cusa (1401-1464) em *Diálogo*

Nicolás de Cusa (1401-1464) en *Diálogo*

Nicholas of Cusa (1401-1464) in *Dialogue*

Jun-Dez 2014/ISSN 1676-5818

1267-1270		Atividade de leitorado nos conventos de Estrasburgo e Pommern
	após 1268	<i>Summa theologiae pars I</i>
1269		Recusa de assumir novamente a cátedra em Paris
1270		Retorno para Colônia
	1270	<i>De XV problematicis</i>
12/04/1271		Acordo de paz entre o arcebispo Engelbert e os cidadãos de Colônia
	após 1274	<i>Problemata determinata</i> <i>Summa theologiae pars II</i> <i>Super missam</i> <i>De corpore domini</i>
1279		Redação do testamento
	18/08	Último registro de Alberto
15/11/1280		Morte de Alberto
	18/11	Sepultura na igreja do convento de Colônia
1651		Primeira edição completa das Obras de Alberto Magno, ed. Petrus Jammy (Editio Lugdunensis)
1890-1899		Segunda edição completa por Auguste e Émile Borgnet (Editio Parisiensis, reimpressão ampliada da Edição de Jammy)
1931		Canonização de Alberto e atribuição do título de Doutor da Igreja pelo Papa Pio XI
04/08/1931		Fundação do Instituto Alberto Magno para a publicação de uma edição histórico-crítica das Obras albertianas e pesquisas (Editio Coloniensis)
16/12/1941		Proclamação de Alberto como padroeiro dos cientistas
1951		O <i>De bono</i> é publicado no primeiro volume da Editio Coloniensis.



COSTA, Ricardo da e SANTOS, Bento Silva (orgs.). *Mirabilia 19* (2014/2)
Nicolau de Cusa (1401-1464) em *Diálogo*
Nicolás de Cusa (1401-1464) en *Diálogo*
Nicholas of Cusa (1401-1464) in *Dialogue*

Jun-Dez 2014/ISSN 1676-5818

Bibliografia

ALBERTO MAGNO. *Il Bene*. Introduzione, traduzione e note di Alessandra Tarabochia Canavero. Milano: Rusconi, 1987.

_____ *Zeittafel* (Chronologie nach derzeitigem Forschungsstand).

Disponível em: http://www.academia.edu/3490596/Albertus_Magnus_-_Chronologie_Leben_und_Werk

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco Livro VI*. Tradução de Lucas Angioni. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/34/12.pdf>.

GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 2ª ed.

JARCZYK, G. e LABARRIÈRE, P-J. *L'impronta del deserto – L'a-teismo místico di Meister Eckhart*. Napoli: Guerini e Associati, 2000.

MARTINS, J. A. *Sobre as origens do vocabulário político medieval*. In: *Trans/Form/Ação* vol.34, no.3, Marília, 2011.

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

SOUZA-LARA, D. *A especificação dos actos humanos segundo são Tomás de Aquino*. Roma: Ed. Università Santa Croce, 2008.